

2007/08/23

PAQUISTÃO: ESCOLHAS DIFÍCEIS

Alexandre Reis Rodrigues

Há duas circunstâncias que vão manter o Paquistão no centro das atenções mundiais por algum tempo: a realização de eleições para o cargo de presidente em data a fixar entre 15 de Setembro e 15 de Outubro, seguidas mais tarde por eleições parlamentares, e o agravamento das dificuldades com que se debate a NATO nas operações de estabilização do Afeganistão. A evolução desta missão depende muito do sucesso do Exército paquistanês em evitar que os talibãs continuem a dispor de santuários na zona de fronteira.

A situação existente no país, agravada recentemente pelos episódios do conflito do Presidente com o juiz Iftikhar Chaudhry, presidente do Supremo Tribunal, e da revolta dos líderes radicais que se barricaram na Mesquita Vermelha, lançou o país numa crise que é necessário seguir cuidadosamente. Tem razão Clara Ferreira Alves quando, em artigo na revista Única do jornal Expresso (18 Agosto), diz que é preciso ter «Atenção ao Paquistão»; no que, no entanto, não tem razão é quando depois acrescenta que «o Paquistão, um dos mais instáveis e perigosos países do mundo, mais ameaçador e retrógrado do que o Irão, está desfazer-se».

O exagero parece-me óbvio. O Paquistão ainda não tem enraizado, entre toda a população, uma ideia precisa da natureza que o Estado deve ter e sobretudo do papel que a religião deve assumir, havendo visões diferentes que se digladiam entre si, mas isso não significa que a estrutura do Estado esteja em colapso, uma possibilidade que o todo-poderoso Exército não deixará acontecer, quaisquer que sejam os custos.

Não estou a esquecer que o Paquistão se debate com complexos problemas internos (extremismo religioso, insatisfação social, graves dificuldades de controlo em duas províncias, etc.) nem muito menos que não tem conseguido evitar algumas graves ambiguidades da sua política externa, esta em quase tudo dominada pelos receios da vizinha Índia e preocupações de obter apoios que ajudem a diminuir o desequilíbrio de forças.

Durante a Guerra Fria, o Paquistão reclamava estar na frente de combate ao comunismo; agora reclama estar na frente da luta contra o terrorismo, o que lhe deu o estatuto de aliado não NATO preferencial dos EUA. De ambas posições sempre retirou importantes ajudas económicas e militares (mais de três biliões de dólares desde o 11 de Setembro). No primeiro caso, a principal motivação era a necessidade de demarcação do campo político da Índia que, embora no grupo dos «não alinhados», tinha uma relação privilegiada com a União Soviética; no segundo caso, o da luta contra o terrorismo, pode ter também feito a opção de alinhamento com o Ocidente mas, na realidade, ou dava a ajuda que os EUA lhe pediam ou perderia os indispensáveis apoios militares.

Não obstante os quantitativos significativos de efectivos militares deslocados para as zonas fronteiriças com o Afeganistão (entre 70000 e 80000) para impedir santuários talibãs, o Exército paquistanês continua a não poder reclamar qualquer sucesso em parar o crescente número de incursões de talibãs contra as forças da NATO a partir do território paquistanês. As razões geralmente invocadas (dificuldades do terreno, apoio que as populações da zona fronteiriça dão aos talibãs, dificuldades da sua identificação, etc.), embora com importância, não explicam sozinhas a falta de um sucesso mais definitivo; nem a razão, dada por outros observadores, de impreparação do Exército para a realização de operações de contra-insurreição. O estreito controlo dos poderosos serviços de informações militares sobre os movimentos religiosos e sobre os talibãs em especial deveria permitir fazer mais. Porque é que não é feito?

Diz uma das teorias: o regime não quer excluir a hipótese de continuar a precisar dos talibãs e recebe o risco de uma alienação prematura da possibilidade do seu emprego na promoção de alguns interesses vitais. Sempre foi graças aos talibãs que o Paquistão ajudou a criar dificuldades à ocupação russa do Afeganistão e que mantém vivo o conflito com a Índia sobre o território de Caxemira sem se ver obrigado a envolver as Forças Armadas. Agora precisa de precaver-se contra a crescente influência da Índia no Afeganistão, facilitada pelas simpatias de Karzai, e, sobretudo, de não perder a chave do controlo da zona, uma área que considera ter que ser da sua exclusiva



influência, objectivo para que os talibãs poderão ser úteis. Obviamente, o Paquistão faz um jogo perigoso mas isso não o torna mais ameaçador para o Ocidente do que o Irão.

É neste contexto muito complicado que se põe agora a próxima realização de eleições para o cargo de presidente; os EUA que nunca se alhearam dos desenvolvimentos da situação interna no país muito menos o farão agora, dada a íntima relação que existe entre o seu desfecho e a situação do Afeganistão. Já se viu atrás como o Paquistão precisa do apoio americano (sempre a questão da Índia) mas na actual situação da luta contra a al Qaeda é mais o inverso que se verifica; os EUA não podem arriscar-se a perder o apoio de um regime que, apesar de várias e importantes limitações, não tem cedido às pressões de uma opinião pública interna abertamente hostil aos EUA e tem controlado o extremismo religioso. O caso da mesquita de Lal Masjid que, consubstanciou um desafio ao Governo da parte dos clérigos radicais, na defesa da ideia de que é a eles e não ao Estado que compete aplicar a lei islâmica, acabou com a imposição da ordem, ainda que com pesado custo na imagem do Exército e uma nova onda de violência.

Pervez Musharraf, aparentemente, tem procurado equilibrar, embora com altos e baixos, as percepções da opinião pública paquistanesa com a satisfação das pressões externas de mais efectivo apoio às operações militares no Afeganistão e maior abertura do regime. Como é normal neste tipo de situações ninguém está satisfeito, quer no âmbito interno, quer no externo. Neste último, levantam-se dúvidas sobre se Musharraf reúne, presentemente, condições para continuar a ser útil à contenção do islamismo radical; nas «queixas» (dos EUA e NATO) de obstrucionismo dos serviços de informações sobre a situação dos talibãs e da al Qaeda, pergunta-se se é ele que controla essa situação ou se é apenas também uma das suas vítimas (provavelmente é um pouco das duas coisas). Os EUA têm, por outro lado, o interesse de evitar o embaraço de ter que continuar a aliar-se a um regime que escapa a elementares regras da democracia, especialmente pela insistência na acumulação do cargo de Presidente com o de chefe do Exército. Estas circunstâncias vão suscitar interferências externas no processo, para a procura de outras soluções.

Embora desmentido por ambas as partes, sabe-se que Musharraf e Benazir Bhutto encontraram-se no Dubai no passado dia 27 de Julho, tendo a ex-Primeira Ministro deixado muito claro, em conferência que deu ao *Council on Foreign Relations* em Washington, que regressaria a Islamabad para disputar as eleições (na verdade, Bhutto revelou que mantém negociações com Musharraf há cerca de um ano). As acusações de corrupção que sobre ela pendem seriam consideradas de natureza política e levantadas a tempo de não serem objecto de julgamento, privilégio que não parece ir estender-se a Nawaz Sharif, precisamente o Primeiro Ministro que Musharraf depôs com o golpe militar de 1999.

O que transpira desse encontro é uma possível solução de compromisso para divisão de poderes entre o Partido do Povo do Paquistão (Menazyr Bhutto) e a Liga Muçulmana Paquistanesa (que apoia Musharraf), se o resultado das votações nos Colégios Eleitorais assim o permitir (uma coligação dos dois partidos garantiria a maioria necessária): Musharraf conservaria a Presidência, mas sem acumular a chefia do Exército (que abandonaria até ao fim do ano), e a ex-Primeira Ministro Menazyr Bhutto assumiria a responsabilidade pelo executivo. Esta solução seria apadrinhada pelos EUA.

O Paquistão, como se sabe, não tem uma tradição de democracia; em 60 anos de vida do país, já caiu por quatro vezes. A última foi no final da década de 90 quando Menazyr Bhutto e Nawaz Sharif enveredaram por uma estratégia de destruição política mútua dos respectivos governos e o Exército acabou por declarar que o poder civil não conseguia funcionar. Foi nesta altura que Musharraf interviu com um golpe de estado.

Agora a situação é diferente; generalizou-se a convicção de que o Exército se deveria afastar do jogo político e isso parece partir também da própria instituição que pode não estar disposta a suportar sozinha o ónus do combate ao radicalismo religioso. Menazyr Bhutto assevera que essa luta tem de continuar e de uma forma mais determinada, pondo fim ao percurso algo sinuoso que o Exército tem seguido; um poder civil, menos preso por solidariedades que o Exército teve que estabelecer no passado, terá melhor condições – continua Bhutto – para prosseguir esse caminho. Veremos.

58 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/07/27

O TERRORISMO JIHADISTA NA EUROPA: ALGUMAS TENDÊNCIAS SOBRE RADICALIZAÇÃO E RECRUTAMENTO[1]

Francisco Jorge Gonçalves[2]

2011/05/11

A MORTE DE BIN LADEN E O FUTURO DA AL QAEDA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/12/12

AINDA OS BLINDADOS E O PORQUÊ DAS COISAS

João José Brandão Ferreira

2010/11/29

O ENIGMA DA COREIA DO NORTE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/11/22

A DESLOCAÇÃO DE OBAMA À ÁSIA ORIENTAL E O MUNDO PÓS-AMERICANO

Alexandre Reis Rodrigues

2009/04/26

ATENTADOS EM BOMBAIM. LIÇÕES A RETIRAR DO NOVO MODUS OPERANDI JIHADISTA (II PARTE)

José Vale Faria[1]

2009/04/25

ATENTADOS EM BOMBAIM, LIÇÕES A RETIRAR DO NOVO MODUS OPERANDI JIHADISTA (I PARTE)

José Vale Faria[1]

2009/01/03

OS CONFLITOS DE GAZA E DA ÍNDIA/PAQUISTÃO. UMA MÁ MANEIRA DE COMEÇAR 2009.

Alexandre Reis Rodrigues

2008/12/10

CRIME ORGANIZADO E TERRORISMO NO SAHEL

José Vale Faria[1]

2008/10/10

OS TALIBÃS DE VOLTA A CABUL

Alexandre Reis Rodrigues

2008/09/27

TENDÊNCIAS DO TERRORISMO JIHADISTA, SETE ANOS APÓS O 11 DE SETEMBRO

José Vale Faria[1]

2008/08/03

O AFGANISTÃO: DE CENTRO DE TERRORISMO ATÉ SUA VÍTIMA PRINCIPAL

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/29

O TERRORISMO NO PERU E A UNIÃO EUROPEIA

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2008/06/05

ISLAMISMO RADICAL E JIHADISMO EM MARROCOS (I PARTE)

José Vale Faria

2008/06/05

ISLAMISMO RADICAL E JIHADISMO EM MARROCOS (II PARTE)

José Vale Faria

2008/05/09

A AMEAÇA CINZENTA (II PARTE)[1]

José Vegar[2]

2008/05/08

A AMEAÇA CINZENTA (I PARTE)[1]

José Vegar[2]

2008/04/30

CHINA: UM PAÍS, DOIS MUNDOS

Fábio Pereira Ribeiro (Brasil)[1]

2008/03/31

BREVE APONTAMENTO DA HISTÓRIA DO CONFLITO TIBETANO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/28

HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE III

José Vale Faria[1]

2008/03/27

HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE II

José Vale Faria[1]

2008/03/26

HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE I

José Vale Faria[1]

2008/03/13

COMO INTERPRETAR A DEMISSÃO DO COMANDANTE DO CENTCOM?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/26

PAQUISTÃO: NOVO MOTIVO DE INQUIETAÇÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/07

O TERRORISMO SUICIDA FEMININO: O CASO DOS TIGRES TAMIL

Daniela Siqueira Gomes [1]

2008/01/29

ENTRE A JUSTIÇA E A IMPUNIDADE: SUHARTO E O SEU LEGADO

Paula Carrasqueira[1]

2008/01/18

A SEGURANÇA NUCLEAR NO PAQUISTÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/01/14

OS INTERESSES DOS ESTADOS UNIDOS NA ÁSIA CENTRAL

Daniela Siqueira Gomes [1]

2008/01/11

A BOMBA PAQUISTANESA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/11

FARC: TERRORISMO, BRAVATAS E MUITO DINHEIRO

Marcelo Rech[1]

2007/07/04

TERRORISMO EM LONDRES: SERVIÇOS SECRETOS EM ALERTA[1]

Fábio Pereira Ribeiro[2]

2007/05/18

GUERRA SUBVERSIVA NA WEB 2.0

Nuno Perry Gomes

2007/05/15

O CRESCIMENTO DA CHINA. AMEAÇA AO MUNDO?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/11

BRASIL E O CINISMO DAS FARC[2]

Marcelo Rech[1]

2007/02/24

COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (II PARTE)

Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves

2007/02/23

COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (I PARTE)

Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves

2007/02/08

O GIGANTE INDIANO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/02/07

O TERRORISMO TRANSNACIONAL – CONTRIBUTOS PARA O ENTENDIMENTO DA SUA ESTRUTURA, RECRUTAMENTO E FINANCIAMENTO. (II PARTE)

Francisco Proença Garcia

2007/02/06

O TERRORISMO TRANSNACIONAL – CONTRIBUTOS PARA O ENTENDIMENTO DA SUA ESTRUTURA, RECRUTAMENTO E FINANCIAMENTO. (I PARTE)

Francisco Proença Garcia[1]

2007/01/30

O CRESCIMENTO “PACÍFICO” DA CHINA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/01/21

OS RECURSOS ENERGÉTICOS DO CAZAQUISTÃO E OS SEUS EFEITOS NO REALINHAMENTO ESTRATÉGICO: UM NOVO GRANDE JOGO?

Hugo Palma[1]

2007/01/15

TERRORISMO[1]

Luís Sousa Leal

2006/11/23

LAS GUERRAS QUE NOS VIENEN

Miguel Fernández y Fernández [1]

2006/07/20

AFEGANISTÃO. A HISTÓRIA VAI REPETIR-SE?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/05/04

OS VOOS SECRETOS E A TORTURA NAS PRISÕES DA CIA

Marcelo Rech[1]

2005/11/10

AS DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DO TERRAMOTO NO PAQUISTÃO: NATO, CAXEMIRA E AL-QAEDA

Alexandre Reis Rodrigues

2005/10/21

TERRORISMO. ALGUMAS NOTAS SOLTAS

Alexandre Reis Rodrigues

2005/09/09

A ACTUALIDADE DE FUKUYAMA E HUNTINGTON

Pedro Carvalho

2005/08/27

MISSÃO DE PAZ 2005

Alexandre Reis Rodrigues

2005/08/01

OS ATENTADOS DE LONDRES (III)

Alexandre Reis Rodrigues

2005/07/22

OS ATENTADOS DE LONDRES (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2005/07/10

OS ATENTADOS EM LONDRES

Alexandre Reis Rodrigues

2005/01/11

AS VITÓRIAS DA ALCAIDA

António Borges de Carvalho

2004/12/14

PORQUE É QUE O OCIDENTE ESTÁ A PERDER A GUERRA CONTRA O TERRORISMO

Alexandre Reis Rodrigues

2004/07/21

A IMPORTÂNCIA DE UMA DEFINIÇÃO DE TERRORISMO

Ana Manuel Ferreira Malheiro de Magalhães

2004/02/28

A GUERRA GLOBAL DOS EUA CONTRA O TERRORISMO

Alexandre Reis Rodrigues

2004/02/01

NOVAS CONVERSÇÕES ENTRE A ÍNDIA E O PAQUISTÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2003/09/22

O NOVO TERRORISMO

ES